

CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Processo 157/2025

Origem/Interessado Câmara Municipal de Primavera do Leste

Assunto Projeto de Resolução nº 005/2025 - Institui a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT, estabelece suas finalidades, competências e estrutura organizacional e dá outras providências.

Parecer nº 237/2025/PJCM

Local e Data Primavera do Leste/MT, 14 de agosto de 2025.

Assessora Jurídica Caroline Alves Amora

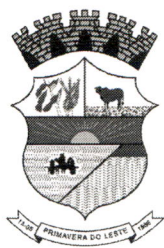
DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2025. AUTORIA DO VEREADOR MARCO AURÉLIO SALES FERREIRA DE MORAES. INSTITUI A ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE - MT, ESTABELECE SUAS FINALIDADES, COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

De autoria do Ilmo. Senhor Vereador Marco Aurélio Sales Ferreira de Moraes, submete-se a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT, o Projeto de Resolução nº 005/2025, que **“INSTITUI A ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE - MT, ESTABELECE SUAS FINALIDADES, COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Assim com base no que estabelece o artigo 226, parágrafo único do RICM, passo a analisar, com as seguintes considerações:

Art. 226. Compete à Consultoria Jurídica, subordinada diretamente à Presidência da Câmara, emitir parecer técnico-jurídico nas proposições e outras matérias que lhe forem encaminhadas pelo Presidente, além de



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

outras atribuições constantes no Regulamento respectivo.

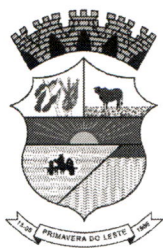
Parágrafo único. Nenhuma proposição poderá tramitar sem parecer jurídico de admissibilidade, sob pena de nulidade

Em sua justificativa encartada às fls. 004, o autor expõe as razões de sua proposição, aduzindo que:

A presente proposição tem por finalidade instituir, no âmbito da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT, a Escola do Legislativo, órgão voltado à promoção da formação continuada, capacitação técnica e desenvolvimento profissional de vereadores, servidores e demais agentes públicos vinculados ao Poder Legislativo Municipal, além de oferecer ações de educação política voltadas à sociedade.

A constante evolução das normas legais, dos procedimentos administrativos e das ferramentas de gestão exige que os quadros técnicos e políticos mantenham-se atualizados e preparados para desempenhar suas funções com qualidade, eficiência e segurança jurídica. Nesse contexto, a Escola do Legislativo representa um instrumento estratégico para o fortalecimento institucional da Câmara Municipal, contribuindo para:

- O aprimoramento da elaboração legislativa, com projetos mais consistentes e tecnicamente embasados;*
- O fortalecimento da função fiscalizatória, por meio do domínio das normas e práticas de controle;*
- A melhoria na prestação de serviços ao cidadão, garantindo mais transparência e eficiência nos processos internos;*
- A ampliação da participação popular, por meio de cursos, palestras e oficinas abertas à comunidade. (...)”*



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

É o relatório. Passo a fundamentar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.I DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

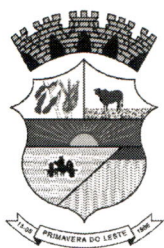
Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Além dos atos normativos próprios, comuns, de efeitos externos, como resultado da ação legiferante da Câmara Municipal, como a lei, encontram-se, na intimidade do Colegiado local, atos que se denominam de interna coporis, que é definido por Hely Lopes Mello nos seguintes termos:

“são somente aquelas questões ou assuntos que entendem direta ou exclusivamente com a economia interna da corporação legislativa, com suas prerrogativas institucionais, ou com a faculdade de valorar matéria de sua privativa competência. Tais são os atos de composição da Mesa, de apreciação das condutas de seus membros e de julgamento das infrações político administrativos do Prefeito, de formação da lei e de manifestar-se sobre o veto. Daí não se conclua,



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

porém, que tais assuntos afastam por completo a revisão judicial. Não é assim. O que a justiça não pode é substituir a deliberação da Câmara por um pronunciamento de mérito do Poder judiciário. Não se pode olvidar, todavia, que os interna corporis são atos formalmente administrativos e materialmente políticos. Na sua tramitação e forma ficam sujeitos ao exame judicial como os demais atos; na valoração de seu conteúdo refogem da censura do judiciário. ”

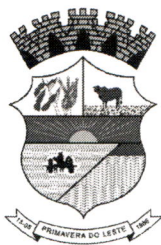
No presente caso, trata-se de projeto que dispõe sobre prerrogativas típicas do Poder Legislativo, a chamada matéria de cunho *interna corporis*, cuja competência é exclusiva da Câmara Municipal. Matéria de cunho interno e institucional na função de suas atividades.

A espécie normativa “resolução” é uma norma que tem como objetivo regular matérias de competência das Casas Legislativas, sendo de competência privativa dessas e gerando, de regra, efeitos internos. A resolução é uma deliberação político-administrativa do parlamento que deve observar o processo legislativo, não estando sujeita a sanção do Poder Executivo.

Obedece a procedimentos próprios estabelecidos no Regimento Interno de cada Casa Legislativa, sendo promulgadas pelo próprio Poder Legislativo. Sob o ponto de vista formal, no caso em análise, a inovação jurídica virá a integrar nova Resolução.

Também, é cediço que o Poder Legislativo possui autonomia para dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções de seus serviços, observados os parâmetros da Constituição da República, conforme artigos 51, IV c/c art. 52, XIII.

O art. 16, da Lei Orgânica do Município de Primavera do Leste LOM, estabelece, respectivamente que é da competência da Câmara Municipal, dispor sobre suas sessões e organização, especialmente no tocante a qualquer assunto de sua administração interna.



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Ainda, o Regimento Interno, no § 2º do art. 87, inciso III diz que o Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, tais como a organização de serviços administrativos.

Assim, conforme dispositivos da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Casa, estão sendo observados os princípios inerentes a matéria, além dos requisitos legais para apresentação da presente proposta.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao que dispõem o Regimento Interno, art. 87, § 2º, por ser matéria de interesse interno.

III – CONCLUSÃO

De todo o exposto, não vislumbro qualquer contrariedade legal ou regimental para o regular trâmite em Plenário do Projeto de Resolução nº 001/2025 e opino pelo prosseguimento das demais fases do processo legislativo.

Assim, à **Comissão de Justiça e Redação, bem como Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social**, a quem cabem a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Resolução em tela.

É o meu parecer.

Primavera do Leste/MT, 14 de agosto de 2025.

CAROLINE ALVES AMORA
Assessora Jurídica da Câmara Municipal

JEFFERSON LOPES DA SILVA
Procurador-Geral da Câmara Municipal